

A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)

Introdução

Desde o início de junho de 2009 circulou, em nível nacional, o documento intitulado *A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica – Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)*, com ampla divulgação entre as Unidades de Formação Acadêmica, sendo que muitas realizaram oficinas locais da ABEPSS. Este processo de debate foi remetido às Oficinas Regionais, sendo que todas as regiões realizaram oficinas, as quais reuniram em torno de 1500 pessoas entre docentes, discentes e profissionais da área e áreas afins. Nesses espaços o documento base foi plenamente debatido. O processo resultou em um conjunto de propostas, as quais buscou-se contemplar neste novo documento, para serem submetidas à apreciação dos participantes do Seminário Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, com vistas a construção de um consenso mínimo em torno de uma maior precisão da proposta no que se refere à: criação dos GTPs e definição de atribuições, dinâmica e funcionamento; relação entre graduação/pós-graduação e pesquisa e os GTPs; a pesquisa nas universidades públicas e privadas; o enfrentamento do produtivismo; a estratégia de implementação dos GTPs em 2010. O Seminário Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa da ABEPSS, realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 2010, na UFRJ, trouxe ainda mais subsídios para um melhor desenho da proposta, mas, mais do que isso, deu um importante aval para a sua implementação a partir do próximo ENPESS. Observou-se que a iniciativa foi amplamente referendada nos debates e que a mesma consolida um antigo anseio da área, cuja possibilidade histórica é dada, neste momento, pelo adensamento da pesquisa nos últimos 30 anos. Esta versão final do documento sintetiza o conjunto das discussões, a partir do amplo debate coletivo realizado.

1. Pesquisa e Articulação entre Graduação e Pós-Graduação

Como um princípio muito caro à ABEPSS, considera-se que a dimensão investigativa atravessa todos os níveis da formação profissional – graduada e pós-graduada - e encontra-se em intrínseca relação com a natureza interventiva da profissão. Assim, ao pensar a estratégia dos GTPs, é fundamental que eles incorporem o movimento da pesquisa nestes dois níveis, sob pena de recairmos em uma concepção equivocada de que a pesquisa só pode ser realizada na pós-graduação. Igualmente, é importante enfatizar que a pesquisa em Serviço Social se desenvolveu fortemente, durante muitos anos, na graduação. Contudo, é inegável a vocação e a liderança da pós-graduação no processo de produção de conhecimento. Nesta perspectiva, os GTPs devem se constituir em espaços que gerem uma sinergia entre graduação e pós-graduação por meio da pesquisa.

Não obstante o surgimento das pós-graduações em Serviço Social ser relativamente recente, remontando ao ano de 1972, os anos 1980 significaram para o Serviço Social, conforme a feliz expressão de Iamamoto, a sua maioria intelectual, tendo em vista o investimento no desenvolvimento teórico, na formação de quadros acadêmicos, na produção bibliográfica, na formação de uma intelectualidade que vem intervindo substantivamente na construção de conhecimento e no debate científico na área e em áreas afins. Este processo resultou no seu reconhecimento, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – CNPq - e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Capes -, como área de produção do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas. A partir daí, foi possível o adensamento cada vez maior de uma massa crítica e de um segmento da categoria voltado para a pesquisa acadêmica e para a produção de conhecimento, o que situa o Serviço Social brasileiro na dinâmica do fomento à pesquisa e à pós-graduação no País. Cabe observar o papel dos

cursos de pós-graduação na formação e qualificação de pesquisadores docentes e discentes, e no estabelecimento de interlocução com outras áreas do conhecimento, o que permitiu dar visibilidade à área, bem como buscar responder às demandas da sociedade brasileira. Destaca-se o papel da graduação na formação de jovens pesquisadores, por meio de Programas de Iniciação Científica, constituindo os futuros quadros docentes e pesquisadores, sendo que os programas e grupos/núcleos de pesquisa vêm incorporando pesquisadores docentes, pós-graduados e de iniciação científica.

Exemplo desta trajetória bem sucedida se expressa na formação de vários programas, núcleos e grupos de pesquisa consolidados, que envolvem a graduação e a pós-graduação, numa produção que tem sido reconhecida nacional e internacionalmente. Há, ainda, os intercâmbios e convênios entre os programas e redes/núcleos/grupos de pesquisa, a exemplo do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD - que vêm permitindo uma produção coletiva qualificada, que busca desconcentrar a produção de conhecimento dando expressão às particularidades regionais. Há também os convênios que apontam para uma articulação solidária, tendo em vista enfrentar as desigualdades regionais, entre programas de pós-graduação e pesquisas, a exemplo dos DINTER e MINTER. Os convênios internacionais também vêm ganhando força, com várias iniciativas em andamento na área na direção da América Latina e África prioritariamente, mas também Europa e EUA/Canadá.

2. A lógica competitiva e produtivista e seu impacto sobre a área

Mesmo com o avanço significativo da pesquisa na área de Serviço Social, com crescimento e consolidação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil nos últimos 20 anos, as profundas transformações no processo produtivo induzem a uma política de fomento que atenda aos interesses e necessidades estreitas da política industrial brasileira, recentemente proposta, o que remete à prioridade de pesquisa nas chamadas áreas “duras”. Orientada à formação de recursos humanos para o mercado, via consórcios com empresas, essa política prioriza a inovação tecnológica – ainda que subordinada, bastando

constatar o reduzido número de patentes abaixo da linha do Equador - e a inserção competitiva do país no mercado mundial pela via das *commodities*, em detrimento das ciências humanas e sociais. Nessa direção, há uma pressão para introduzir, na área social, critérios e dinâmicas que lhe são estranhas dada a natureza dos seus objetos e requisitos temporais para a pesquisa e publicação de resultados. As análises mais críticas sobre a contra-reforma da Educação denunciam essa dinâmica, assim como o demonstra, por exemplo, o documento *A contra-reforma da Educação superior: uma análise do Andes-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva*, quando aponta que “o Projeto de Inovação Tecnológica desvia os já poucos recursos para o controle direto das empresas, destruindo a pesquisa básica, a pesquisa nas áreas sociais e humanas e toda pesquisa que não seja de interesse imediato do mercado capitalista dependente” (<http://www.andes.org.br>).

Pensamos que os GTPs podem ser uma estratégia coletiva de contraposição a essa introdução de critérios que não coadunam com as ciências humanas e sociais. Há que se distinguir produção de qualidade e produtivismo, porque é evidente que a ABEPSS, como entidade acadêmico-científica e política, quer estimular a produção científica da área, socialmente relevante, articulada com as forças radicalmente democráticas da sociedade brasileira, marcada pelo rigor teórico, metodológico e compromisso ético. Inclusive, pensamos que é fundamental que área continue disputando recursos públicos para a produção de conhecimento nessa direção apontada.

Talvez o exemplo mais cabal do que estamos chamando de produtivismo seja a supervalorização da publicação em periódicos, de acordo com os critérios de qualificação em curso, em detrimento dos livros e publicações de inserção social mais ampla. Na cultura das ciências sociais e, especialmente na nossa, o livro requisita um processo mais profundo e longo de elaboração e, em geral, resulta de pesquisas de teses ou dissertações. Portanto, deve ser mais valorizado que o periódico. Além disso, essa lógica produtivista desconsidera a importância da produção técnica, como relatórios, pareceres, atividades de assessoria e consultoria. É comum também nas ciências humanas e sociais uma interação dos pesquisadores com jornais de grande

circulação ou da chamada imprensa alternativa, com artigos de caráter analítico, acompanhando os fatos históricos. Tal produção tem sido considerada irrelevante pelos critérios em curso, fazendo com que importantes professores, sobretudo com uma carreira mais consolidada e inserção social amplamente reconhecida, se afastem inadmissivelmente do circuito acadêmico.

Nos debates regionais explicitou-se a preocupação de que os GTPs não se tornem mais um ambiente de estímulo à competição produtivista, esta forma com que o neoliberalismo e sua cultura têm se insinuado nos meios acadêmicos, gerando enormes tensões nas relações de trabalho entre os docentes, sem falar que as condições de trabalho não acompanham os níveis de exigência, gerando problemas de saúde relacionados ao processo de trabalho, dentre outros. Nesse sentido, quanto mais isolado está o pesquisador, mais vulnerável fica à dinâmica que queremos denunciar e combater. Assim, os GTPs constituem, sobretudo, uma estratégia de resistência. Mais abaixo essa direção fica ainda mais clara, quando definimos melhor seu formato e a estratégia de sua implementação. Mas essencialmente, caberá aos GTPs romper com possíveis situações de isolamento dos pesquisadores e de suas produções, coletivizar debates de ponta, pautar temas relevantes, incidir na mudança das sub-áreas hoje vigentes na CAPES e no CNPq – com o que contamos publicamente com o suporte das nossas representações de área -, alimentar o debate da formação e do exercício profissionais, alimentar as publicações da área, estimular a organização de redes de pesquisa, fomentar a articulação com a pesquisa desenvolvida por UFAs e instituições de pesquisa na América Latina, África e demais continentes, constituir os eixos estruturadores do ENPESS, dentre outras possibilidades.

3. O Desafio da Pesquisa nas UFAs Públicas e Privadas

Outro elemento importante surgido nas Oficinas Regionais, diz respeito à política educacional em curso no país e que não favorece o princípio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No caso das universidades

públicas, ainda que estas tenham sido historicamente e, até os dias de hoje, o ambiente em que a pesquisa mais se desenvolveu, em função especialmente do regime de trabalho docente, há fortes ameaças ao processo continuado de produção de conhecimento. O projeto do REUNI, por exemplo, apesar de sua implementação heterogênea no nível nacional, altera a carreira docente, com a flexibilização dos planos de carreira e privilegia o ensino em detrimento da pesquisa. Ou seja, aporta recursos materiais e humanos nas universidades públicas e expande vagas de ensino, tendo como moeda de troca a descaracterização da própria universidade como instituição que integra ensino, pesquisa e extensão. Está subjacente a este projeto uma perspectiva elitista e hierárquica de ensino e de pesquisa, como se esta não fosse compatível com a graduação, mas apenas com a pós-graduação. Por outro lado, o projeto do PROUNI envia recursos públicos para as instituições privadas, subsidiando-as diretamente, sob o argumento da ampliação do acesso, especialmente para as populações mais pobres. Nossa área tem uma reflexão crítica acumulada sobre essa reorientação do ensino superior brasileiro em inúmeros documentos, desde a aprovação da LDB (Cf. Temporalis nº 1), contra-reforma que instaura o *laissez-faire* na educação superior. Sabemos que se trata de responder às pressões do mercado por uma força de trabalho de nível superior medianamente qualificada e que não tenha de fato a dimensão investigativa como relevante ou sequer constituinte do seu perfil profissional, se aqui tocarmos na questão das graduações à distância. O fato é que se trata de um cenário que não favorece os princípios formativos que vimos defendendo, o que significa que a criação dos GTPs – que visam consolidar esses princípios – é um passo importante na perspectiva da resistência também nesse campo.

O desafio da pesquisa nas UFAs privadas é ainda maior. Em algumas unidades privadas mais antigas há tradição de pesquisa, especialmente as confessionais e comunitárias, que fizeram e fazem parte dessa construção histórica do Serviço Social brasileiro. No entanto, no último período, um mix de gerencialismo, administração da rentabilidade e reorientação ideológica atingiu duramente essas unidades, transformando espaços de pesquisa em sala de aula, sob a lógica do lucro. A ABEPSS tem acompanhado a luta contra as

demissões de docentes e pela preservação da articulação entre ensino, pesquisa e extensão nesses espaços. Nas UFAs de natureza privada empresarial, com raras exceções, as condições do trabalho docente – contrato horista, ausência de espaços físicos para este tipo de atividade, desinteresse de investimento institucional em pesquisa, dentre outras dificuldades – comprometem o desenvolvimento da pesquisa, que quando acontece, tem relação com lutas e articulações do corpo docente e discente. Este quadro é favorecido pelo disposto na legislação educacional quando a LDB criou a possibilidade de diversificação das instituições universitárias em centros universitários, faculdades e universidades, que podem ter ou não, entre suas atividades obrigatórias, a realização de pesquisas (Cf. Revista Temporalis nº1).

A perspectiva da ABEPSS é a de que não se pode falar em formação profissional integral e generalista, dentro do perfil das Diretrizes Curriculares, sem a presença da produção de conhecimento no interior do projeto pedagógico e como prática pedagógica cotidiana. Neste sentido é que temos que assegurar nas instituições públicas e privadas – com suas especificidades – a pesquisa como uma dimensão essencial. E os GTPs vão envolver pesquisadores do conjunto de instituições que compõem a ABEPSS, que se reconhecem na sua direção político-científica, no mesmo passo em que a ABEPSS, em conjunto com entidades sindicais e de outras do conhecimento, deve acompanhar e fortalecer as lutas em defesa de assegurar carga horária docente para a pesquisa e condições para sua materialização nas UFAs públicas e privadas.

4. O papel da ABEPSS como entidade acadêmico-política e científica: a proposta dos GTPs

A ABEPSS é uma entidade que visa propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social, fundada em 1946 sob a denominação de ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL - ABESS, a partir de 1998, pautada em uma concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação intrínseca entre

graduação e pós-graduação. Nesse passo, tem como foco central a formulação e implementação de estratégias que permitam a articulação entre estes dois níveis e, ainda, a definição de uma política de pesquisa para a área de Serviço Social que priorize eixos, temas e abordagens, potencializando esforços e recursos tendo em vista a qualificação da produção e o fortalecimento e consolidação do Serviço Social como área de produção do conhecimento. Os esforços da entidade, expressos nas diversas iniciativas de gestões anteriores, especialmente no âmbito da pós-graduação, vêm na direção de assumir seu papel na qualificação de quadros e em fornecer subsídios para a graduação, na formação da massa crítica, na produção acadêmica e científica socialmente relevante, capaz de garantir uma formação profissional de qualidade, que se contraponha à precariedade, ao aligeiramento e ao produtivismo, conforme apontou-se anteriormente, e que evidentemente tem impactos sobre o Serviço Social.

Diante deste desafio, o estatuto da entidade, aprovado na Assembléia de dezembro de 2008, prevê, no artigo 34, a necessidade de criação dos grupos temáticos (GTs) para pesquisas na área de Serviço Social, cujos objetivos são:

I - propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social;

II - organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social;

III- realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo;

IV- coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático;

V- propor à diretoria estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS.

Ciente da sua responsabilidade de preservar e aprofundar as conquistas da profissão, a ABEPSS consolida e encaminha a seguinte proposta de implementação *inicial e gradual* dos GTPs, a partir de 2010. Porque inicial e

gradual? Trata-se de colocar em curso uma nova experiência, que não é igual às já conhecidas, a exemplo da ANPOCS e ANPED, referidas em geral apenas à pós-graduação. Portanto, deveremos ser cuidadosos, no sentido de construir um caminho próprio da área, que expresse a sua cultura política democrática e plural, em articulação à sua direção social estratégica expressa pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, dentre outros documentos centrais. Nessa direção, a opção apontada em quase todas as regiões, foi a de um enxugamento das áreas propostas no primeiro documento base de discussão (Junho de 2009), bem como, torná-las mais amplas e gerais, no sentido de assegurar discussões e temas fundantes dos debates e que alimentem estudos mais particulares ou singulares, que poderão no futuro, constituir-se em novos GTPs. Para dar a partida do processo, pensamos ser estratégico esse caminho, que foi acolhido no Seminário Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, em novembro de 2009.

A proposta aprovada na Reunião da Diretoria da ABEPSS que se seguiu ao Seminário Nacional é a de constituir no ENPESS sete Colóquios que vão criar os GTPs em sete áreas temáticas, todas elas relacionadas diretamente ao Serviço Social. Foi considerada estratégica para o fortalecimento da área junto aos órgãos de fomento, a articulação explícita do tema dos GTPs com o Serviço Social, bem como a necessidade premente de alimentar o debate profissional e enfrentar as inquietações do exercício profissional. Há temas que estavam presentes na proposta original ou que apareceram nas propostas das regiões que considerou-se como fundadores e transversais aos debates dos GTPs. Na verdade, a perspectiva é a de considerar a transversalidade dos eixos teórico-históricos que orientam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a saber, os fundamentos da vida social, da realidade brasileira e do trabalho profissional.

Mas destaca-se um aspecto fundamental que perpassa o debate em todos os GTPs: a vinculação entre o projeto ético-político profissional e uma perspectiva societária emancipadora, orientada por uma compreensão do ser social como um ser sócio histórico auto-constituído pelo trabalho e criador da cultura, em suas mais diversas formas de manifestações e modos de fruição.

Tendo por suporte essa base de fundamentação, os GTPs se constituem a partir de grandes eixos temáticos que comportam dimensões diferenciadas e

transversais como, por exemplo, democracia, cidadania, esfera pública, direitos humanos, dentre outros, e que se referem diretamente a esta relação entre projeto profissional e projeto societário.

As ementas de discussão dos GTPs serão elaboradas por pesquisadores indicados pela Diretoria da ABEPSS, a partir de sugestões das Regionais, que se articularam no Seminário Nacional para este fim, aos quais a Diretoria da ABEPSS agregou mais um nome. Serão compostos grupos com a tarefa de construção das ementas, aos quais caberá escolher um coordenador. As propostas de ementas elaboradas pelos coordenadores deverão ser debatidas por ocasião dos Colóquios de criação dos GTPs (ver próximo item), no XIII ENPESS, no Rio de Janeiro, em 2010. Uma proposta preliminar deverá ser apresentada à ABEPSS por ocasião do CBAS, em julho, em Brasília. Isto posto, segue a sistematização das áreas dos GTPs:

1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social
2. Política Social e Serviço Social
3. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
4. Movimentos Sociais e Serviço Social
5. Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
6. Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social
7. Ética, Direitos e Serviço Social

5. Criação e Dinâmica de Funcionamento dos GTPs

Os Grupos Temáticos de Pesquisa se colocam como possibilidade de construção de espaços privilegiados para a reflexão teórica e estímulo efetivo para elaboração, produção e circulação de conhecimento. Os GTPs se organizarão em torno de pesquisadores das áreas de conhecimento de Serviço Social e áreas afins, congregando Grupos, Núcleos, Redes e pesquisadores individuais da área e áreas afins para tratarem de temas de relevância social, agregados nos sete eixos estruturadores da proposta ora apresentada. Recomenda-se que as Unidades de Formação Acadêmica façam um exercício

de cotejar a relação de sua experiência em pesquisa com as sete áreas definidas.

Os GTPs devem se constituir em núcleos capazes de disseminar produções; promover debates e a interlocução entre pesquisadores, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Visam, assim, estimular a investigação a partir dos eixos temáticos propostos, por meio da constituição de uma rede de pesquisadores que poderá estabelecer sua própria dinâmica, culminando na organização dos Colóquios temáticos no âmbito do ENPESS, bem como outras iniciativas propostas autonomamente por suas coordenações e participantes. *Ou seja, os GTPs deverão ter uma vida própria e independente, ainda que orgânica à ABEPSS.*

Os eixos temáticos deverão orientar as apresentações de trabalhos do ENPESS, que serão organizadas em mesas coordenadas, para grupos de pesquisa consolidados, comunicações orais e posters, além da apresentação de projetos de teses, dissertações e trabalhos de iniciação científica.

Propõe-se a seguinte dinâmica de funcionamento dos GTPs:

- Os GTPs devem ter sua funcionalidade para além do ENPESS, com a realização de encontros regionais e nacionais dos grupos a serem definidos autonomamente, mas que não concorram com a agenda da ABEPSS.
- Para sua estruturação e funcionamento os GTPs devem contar com uma Comissão Coordenadora, eleita nos Colóquios no âmbito do ENPESS, renovada a cada dois anos, em consonância com os mandatos da diretoria da ABEPSS.
- Para definição dos integrantes da Comissão Coordenadora, deverão ser atendidos os seguintes critérios:
 - reconhecida produção na área;
 - vínculo orgânico com o projeto de formação profissional da ABEPSS;
 - diversidade regional;
 - participação nos fóruns de pesquisa e profissionais do serviço social;

- interlocução com as ciências humanas e sociais;
- capacidade de articulação e agregação.
 - O processo de definição dos integrantes da Comissão Coordenadora dos GTPs deve contemplar:
 - dois coordenadores, indicados nos Colóquios do ENPESS;
 - um coordenador indicado pela Diretoria da ABEPSS.

- Atribuições da Comissão Coordenadora:
 - fomentar e induzir a articulação e constituição de grupos e redes de pesquisa, segundo os eixos estruturantes;
 - promover a integração entre as pesquisas desenvolvidas nas UFAS e centros de pesquisa;
 - mobilizar os pesquisadores envolvidos no sentido de construir espaços de debate dos GTPs, para além do ENPESS;
 - alimentar o link da página da ABEPSS, com as produções e propostas geradas nos grupos;
 - promover a articulação dos GTPs com grupos, redes e experiências da mesma natureza em outras áreas;
 - estimular a publicação da produção dos GTPs na Revista Temporalis e outros periódicos da área de Serviço Social;
 - estimular a criação de convênios e intercâmbios nacionais e internacionais;
 - sugerir dossiês temáticos para a Revista Temporalis.

Conclusão

Esperamos que a consolidação desta proposta responda a esta histórica aspiração da categoria¹ e fortaleça a ABEPSS como entidade acadêmico-científica e política da área. A Diretoria da ABEPSS deliberou também dois

¹ Destaca-se que este investimento remonta a década de 1990, quando da unificação entre Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS e a Associação Brasileiro de Ensino em Serviço Social- ABESS. A partir daí, as diretorias da ABEPSS envidaram esforços no fortalecimento da pesquisa na área, do que decorre a proposta de formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa.

passos importantes: a filiação da entidade à SBPC, tendo em vista a interlocução com as áreas de ciências humanas e sociais para fortalecer junto às agências de fomento a articulação das humanidades; e a perspectiva de realizar uma reunião das associações científicas das ciências humanas e sociais em 2010, tendo em vista avançar numa agenda comum em defesa da grande área e contra o produtivismo.

Nosso objetivo é avançar na qualificação do Serviço Social como área de produção de conhecimento socialmente relevante que venha a contribuir com o fortalecimento das lutas sociais, concebendo que, como nos ensina Yamamoto (2008), "a investigação quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta".

Fontes:

Relatórios das Oficinas Regionais da ABEPSS

Yamamoto, Marilda. Serviço Social em tempo de capital fetiche, São Paulo: Cortez, 2008.

Silva e Silva e Birche de Carvalho. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. R B P G, Revista Brasileira de Pós-Graduação. Brasília, CAPES, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007.

Anais do XI ENPESS. São Luis, Maranhão, ABEPSS, 2008.

Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Dez, 2008.

Torres, M. R. C. et alli. A CONTRA-REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO ANDES-SN DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO DE LULA DA SILVA. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Brasília, agosto de 2004.

Disponível em <http://www.andes.org.br/> . Acessado em 10/05/2009

Revista Temporalis nº 1

www.abepss.org.br